

Determinismo histórico

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Os a u d o s o Ulysses Guimarães costumava dizer que o próximo Congresso será inferior ao atual. Trata-se, segundo o ilustre autor, de uma espécie de determinismo histórico. A representação popular tende a piorar pela ação do populismo e da demagogia que enfraquecem o sistema de representação. No Brasil, a tradição política contempla partidos políticos muito fracos, que são meras lendas, destinadas a abrigar grupos ocasionais de pessoas. Eles não respondem a nenhuma ideologia, nem pretendem implantar algum tipo de política pública específica.

É uma visão triste da política brasileira, mas que se concretiza no cotidiano do parlamento. Não há mais grandes discursos, figuras emblemáticas, ataques sutis e ferinos feitos com inteligência. O exercício da política se resume à busca de verbas que devem ser distribuídas sempre com a preocupação de beneficiar o autor ou seus apaniguados. O político que enxerga a próxima geração foi substituído pelo que enxerga apenas a próxima eleição. Não há planejamento, nem visão de futuro.

Nem sempre foi assim. Um belo exemplo da política brasileira ocorreu no episódio longo de redemocratização iniciado no governo do general Ernesto Geisel. Foi naquele período que teve início o processo de longo restabelecimento das liberdades democráticas. No início, a censura à imprensa foi liberada aos poucos. E houve vários capítulos, dessa novela, que contemplou idas e vindas. Mortes por tortura em presídios militares, militares de direita provocando acidentes, bombas em jornaleiros e em espetáculos públicos. Foi um processo tenso, difícil, lento e muito conversado.

Thales Ramalho, secretário-geral do velho MDB, conversou com a esquerda e com o general Golbery do Couto e Silva. Tancredo Neves negociou com os militares radicais. Ulysses conversou com todo mundo. Marco Maciel correu de um lado ao outro para impedir a vitória do candidato Paulo Maluf. Tudo isso foi feito à luz do dia, conversas claras, meridianas, objetivas. A discussão

sobre anistia envolveu o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, que conseguiu chegar a um termo de consenso. Nada foi fácil.

Ocorreu o tremendo acidente da morte de Tancredo Neves poucos dias antes da posse. Assumiu a cadeira presidencial o senador José Sarney na condição de vice-presidente no exercício da Presidência. Ele também foi um contorcionista político de qualidade. Saiu da Arena, partido político que dava sustentação ao governo militar, para assumir a presidência da República na legenda do MDB. Teve que aguentar Ulysses Guimarães na presidência da Câmara dos Deputados, do partido e da Assembleia Constituinte. Os militares deixaram o poder de maneira negociada. Ninguém disparou um tiro. Ninguém foi preso. Obra política perfeita.

Nenhum dos políticos que trabalharam na transição está mais em Brasília. Lula, que foi deputado constituinte, nesta época ainda vestia o uniforme de radical de esquerda. Ele não queria se envolver nas negociações político-partidárias. Foi o sinal para que o PT proibisse seus deputados de assinarem o texto da Constituição de 1988. Quem o fez, foi expulso da legenda. Os seguidos erros do partido, as pesadas acusações de corrupção em diversos setores do governo levaram o eleitor ao descrédito. Esse ambiente permitiu o surgimento de Bolsonaro, que, em nenhuma outra circunstância, pensaria em ser candidato à Presidência da República.

Bolsonaro fez péssimo governo, sem projeto, plano, metas ou qualquer tipo de planejamento. Foi errático. No entanto, criou uma formada de seguidores. Ele está com direitos políticos suspensos, mas tem correligionários. Eles foram eleitos para o Congresso Nacional. Acontece, então, uma curiosa inversão de posições. A oposição tem maioria no Congresso, e o PT, que venceu a eleição com Lula, é minoritário no parlamento.

A suspeita de que o Poder Judiciário trabalha ao lado do Executivo faz com que congressistas estejam distantes da realidade brasileira, que pega fogo de leste a oeste. Os deputados querem votar a anistia para os que depredaram as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. O debate foi adiado para depois da eleição. O objetivo é anistiar quem invadiu e destruiu os prédios do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. É de uma audácia incrível.

Outro projeto propõe o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, que tirou do ar a rede social X, por descumprir determinações da Justiça brasileira. E, ainda, há a PEC 28/24, que dá aval ao Congresso para derrubar decisões do STF. E a PEC 8/21 que limita as decisões monocráticas de ministros do Supremo e outros tribunais superiores. É um jogo de retaliações que não acrescenta nada, nem tem por objetivo melhorar a vida dos brasileiros. Os parlamentares estão vivendo em outro país.

A contradição do país mais depressivo da América Latina

» VOLNEI COSTA

Psiquiatra e presidente do Conselho Científico da Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos

De acordo com o relatório *Depressão e outros transtornos mentais*, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país com maior prevalência de depressão na América Latina, uma vez que a doença atinge 5,8% da população brasileira. Considerando todo o continente americano, estamos atrás somente dos Estados Unidos. Em complemento, dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) mostram que por volta de 37% dos anos vividos com incapacidade (AVI) no país podem ser atribuídos a doenças mentais, transtornos neurológicos, abuso de substâncias e suicídio, representando a maior proporção do continente. E essa realidade não deve mudar tão cedo, pois os números de diagnóstico só crescem ano a ano. Estudo do Ministério da Saúde prevê que, nos próximos anos, até 15,5% da população brasileira pode sofrer depressão ao menos uma vez ao longo da vida.

Com cerca de 70% da população tendo o SUS como referência para o atendimento à saúde mental, a atenção básica é fundamental no processo de cuidado. Felizmente, existe um aparato no SUS para atender pessoas com sofrimento mental: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que traz a proposta de oferecer cuidados em quatro níveis. O primário, em que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão incluídas, recebe pessoas com as mais diversas necessidades de suporte e, por isso, os profissionais devem ser bem treinados.

No nível secundário de assistência, estão os ambulatórios de saúde mental e os centros de atenção psicossocial, nos quais profissionais com formação na área trazem cuidados interdisciplinares. Casos com maiores riscos ou mais complexos são encaminhados para hospitais gerais, psiquiátricos ou universitários, configurando os níveis terciários e quaternários de cuidado. Portanto, a RAPS é uma rede tão bem planejada que mereceria um artigo só sobre isso. No entanto, ela ainda enfrenta diversas dificuldades de investimento e gestão, refletindo negativamente no atendimento aos pacientes.

Observando a dinâmica da saúde suplementar, conhecida popularmente como convênios médicos, o cenário também preocupa. Não há uma organização sistematizada para assistência em saúde mental, ficando o atendimento reservado a médicos e psicólogos que, por diferentes razões, atendem os pacientes com tempo muito reduzido e sem contato com outros profissionais de saúde mental.

Entre as causas da alta incidência de depressão no Brasil, estão a dificuldade de acesso a tratamento na rede pública, o forte estigma que a doença carrega até mesmo entre os profissionais de saúde e a falta de um protocolo de atendimento aos pacientes. E o maior desafio de todos: os próprios profissionais de saúde estão em sofrimento. Estudos internacionais indicam que os médicos têm uma probabilidade aumentada de desenvolver transtornos mentais, incluindo depressão e ansiedade, que podem estar associados a um maior risco de suicídio.

Ou seja, o cenário é preocupante, entretanto mais preocupante ainda é o fato de que não há uma política nacional estruturada para capacitação e suporte adequado a esses profissionais, a fim de estimular um atendimento padronizado aos pacientes e de reduzir os estigmas das doenças mentais. Existe um hiato substancial de tratamento na saúde mental por conta da ausência de investimento na área. Cerca de 60% das verbas para esses serviços na América Latina ainda são destinadas a hospitais psiquiátricos, cuja práticas são eficazes somente em casos graves muito específicos e com risco de morte. Enquanto isso, as diferentes áreas da Rede de Atenção Psicossocial continuam com recursos e apoio escassos.

Sabendo desse problema, a Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (Abrata) e outras entidades do terceiro setor, bem como algumas universidades, tomam o protagonismo nessa frente. São essas organizações que se dedicam a oferecer educação em saúde, suporte emocional e treinamentos para que os profissionais de saúde da rede pública saibam atender a casos complexos de saúde mental que fogem do seu cotidiano.

Mas, com a prevalência de transtornos mentais cada vez maior e a falta de investimento público, é preciso pensar em um envolvimento multisetorial para alavancar essas iniciativas. A união e a parceria do terceiro setor com organizações privadas, comunitária e outros setores podem nos ajudar a virar essa página tão dolorida para os brasileiros, criando soluções que contribuam para a melhoria da realidade da saúde mental do país e aumentem o alcance dos treinamentos e suporte aos profissionais de saúde. Precisamos nos apoiar nos dados científicos e epidemiológicos, na criação de protocolos e, principalmente, na cobrança por políticas públicas.

O desafio da educação diante da emergência climática

» ALFREDO PENA-VEGA

Professor, pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais/CNRS, na França e diretor científico do Programa Global Youth Climate Pact

» IZABEL PETRAGLIA

Doutora em educação, professora, pesquisadora e diretora do Centro de Estudos e Pesquisas Edgar Morin no Brasil

O mundo atravessa um período turbulento e todos os ingredientes estão dados para uma série de desafios futuros. Numa altura em que os efeitos do aquecimento global parecem incontroláveis — fenômenos excepcionais, aumento de temperaturas, inundações, secas, incêndios —, estamos diante de um novo desafio: a educação sobre a emergência climática. Se por um lado, temos evidências científicas robustas e conhecimento a favor de políticas públicas para mitigar o aquecimento global; por outro, ainda não vemos vontade política suficiente para lutar contra as perturbações climáticas e suas consequências.

Os jovens de hoje são os primeiros a serem afetados pelo desenvolvimento que interfere em suas condições de vida, não só no futuro próximo, como no presente. A consciência ecológica desse segmento sobre a ação climática é fundamental devido a vários fatores. Em primeiro lugar, a juventude tem importância demográfica considerável em todo o mundo. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a população global de jovens entre 15 e 24 anos é estimada em mais de 1,8 bilhão de pessoas, cerca de um quarto da população mundial. No Brasil, os jovens dessa faixa etária representam cerca de 15 a 20% da população brasileira, de acordo com dados do IBGE, ou seja, 40 milhões de pessoas, aproximadamente. Esse peso demográfico dá aos jovens brasileiros o potencial para moldar a trajetória presente e futura da ação climática, como também lhes permite contribuir para o avanço tecnocientífico, cultural e econômico do país.

Apesar disso, a emergência climática está ausente no contexto educacional brasileiro. A grave

situação dos fenômenos climáticos globais não nos exigiria uma tomada de consciência imediata? Os múltiplos impactos nas atividades humanas, por si só, não deveriam estar presentes na escola? Infelizmente, o que se aprende e o que se ensina sobre educação para o meio ambiente não é suficiente, diante dos incontáveis desafios da atualidade. A educação sobre as alterações climáticas deveria estar comprometida a encorajar a mente humana a contextualizar e globalizar, ou seja, re-ligar informação e conhecimento nos contextos locais e globais. Mais do que nunca, o desafio da educação é instigar as mentes das gerações atuais para os desafios do futuro.

De certa forma, a questão não é tanto preparar o aluno, mas sim, refletir sobre quais e de que modo a transmissão e a organização do conhecimento ocorrem para promover a capacidade natural e criativa da mente humana de contextualizar e globalizar fenômenos complexos. Nesse sentido, a educação e os professores devem reinventar-se. Políticas públicas formativas devem constituir-se em ações urgentes no universo educacional. Fenômenos complexos como as mudanças climáticas não podem mais ser tratados de forma unidimensional e linear, mas compreendidos de forma descompartmentada e transdisciplinar.

A educação sobre a emergência climática deve opor-se à abordagem convencional que dita os princípios fundamentais de cada disciplina, cada vez mais burocratizada e sujeita às prescrições regulamentares e programáticas. Os princípios de uma pedagogia criativa enfatizam, em vez disso, o diálogo de conhecimentos entre cientistas, professores, estudantes e comunidade por meio de uma pluralidade de temas

ligados aos fenômenos das alterações climáticas.

O que importa nesse diálogo é a capacidade flexível do aluno articular e organizar o conhecimento. Que o jovem seja capaz de realizar conexões, interações e analisar implicações mútuas. Por que é necessário que eles compreendam os problemas em sua multidimensionalidade complexa, em seu contexto e globalmente? O objetivo dessa prática reflexiva não é que os alunos sejam especialistas em clima, mas sim, que compreendam questões interdependentes que vão além do clima, seja em nível local, regional, ou seja global. Todos devem se considerar parte e todo do mesmo contexto, uno e múltiplo, simultaneamente. Essa é uma mudança cognitiva profunda.

Com base em pesquisa recente, realizada com estudantes brasileiros do ensino médio, em âmbito do programa Global Youth Climate Pact sobre suas percepções sobre a emergência climática, 47,8% dos jovens acreditam que os efeitos das mudanças climáticas que estão vivenciando, ou irão vivenciar, são muito negativos, 19,8% os consideram negativos. Quanto à importância de preparar os jovens de sua idade por meio de um programa específico sobre emergência climática, 90% dos inquiridos responderam que deveriam preparar-se. E quando perguntados sobre quais poderiam ser os elementos deste programa, 60% acreditam que deveriam ser transmitidas informações específicas sobre o fenômeno.

A mudança crescente nas temperaturas globais não é uma surpresa. O que é surpreendente é que continuamos a fazer isso sem agir com urgência para enfrentar o desafio. A mudança e a conscientização da importância estão em nossas mãos.

